



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CÂMPUS GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE PEDAGOGIA

**VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA SOBRE A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE "BOM ALUNO"**

Sérgio Vieira de Oliveira

GOIÁS – GO

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Sérgio Vieira de Oliveira

Título do trabalho: Violência simbólica na educação infantil: um relato de experiência sobre a construção do ideal de "bom aluno"

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Ivane Gonçalves Da Cunha, Professor do Magistério Superior-Substituto**, em 16/12/2025, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Vieira De Oliveira, Discente**, em 16/12/2025, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5809592** e o código CRC **665F290B**.

Referência: Processo nº 23070.060886/2025-89

SEI nº 5809592

SÉRGIO VIEIRA DE OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA SOBRE A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE "BOM ALUNO"**

Artigo apresentado a Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas - UAECH, da Universidade Federal da Goiás – Câmpus Goiás, como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Ma. Ivane Gonçalves da Cunha

GOIÁS – GO

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira, Sérgio Vieira de

Violência simbólica na Educação Infantil: um relato de experiência sobre a construção do ideal de "bom aluno" [manuscrito] / Sérgio Vieira de Oliveira. - 2025.
20 f.

Orientador: Profa. Ivane Gonçalves da Cunha.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas, Pedagogia, Cidade de Goiás, 2025.

1. Violência simbólica. 2. Educação Infantil. 3. Relato de experiência. I. Cunha, Ivane Gonçalves da , orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**Violência Simbólica na Educação Infantil: Um relato de experiência sobre a construção do ideal de “bom aluno”**”, de autoria de SÉRGIO VIEIRA DE OLIVEIRA, do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal de Goiás (UFG) Câmpus Goiás - Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas (UAECH). Os trabalhos foram instalados pela orientadora Prof^a. Ma. Ivane Gonçalves da Cunha (UAECH/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Pereira Soares (UAECH/UFG) e Prof. Dr^a. Neimy Batista da Silva (UAECSA/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0 (dez), tendo sido o TCC considerado (aprovado). Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora e pela Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Prof^a. Ma. Ivane Gonçalves da Cunha
Orientadora - UAECH/UFG

Prof^a. Dr^a. Raquel Pereira Soares
Avaliadora - UAECH/UFG

Prof. Dr^a. Neimy Batista da Silva
Avaliadora - UAECSA/UFG

Documento assinado digitalmente

NEIMY BATISTA DA SILVA
Data: 10/12/2025 16:20:56-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Prof. Dr. José Humberto Rodrigues dos Anjos
Coordenador de TCC



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Pereira Soares, Professora do Magistério Superior**, em 05/12/2025, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivane Goncalves Da Cunha, Professor do Magistério Superior-Substituto**, em 05/12/2025, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5809337** e o código CRC **098F35C5**.

FOLHA DE APROVAÇÃO

OLIVEIRA, Sérgio Vieira de. **Violência simbólica na Educação Infantil**: um relato de experiência sobre a construção do ideal de "bom aluno". Artigo (Curso de Pedagogia) – Câmpus Goiás, Universidade Federal de Goiás, 2025.

Artigo apresentado à Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas – UAECH, da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a Conclusão do Curso de licenciatura Pedagogia.

BANCA

Profa. Me. Ivane Gonçalves da Cunha
UFG/UAECH
Orientadora

Prof. Dra. Raquel Pereira Soares
UFG/UAECH
Membro 1

Prof. Dra. Neimy Batista da Silva
UFG/UAESA
Membro 2

RESULTADO: APROVADO

Goiás, 05 de dezembro de 2025.

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE "BOM ALUNO"

Sérgio Vieira de Oliveira¹

Ivane Gonçalves da Cunha²

Resumo: O relato de experiência surge a partir das inquietações advindas do Estágio Supervisionado em Educação Infantil, realizado no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás (UFG), Campus Goiás acerca da figura do “bom aluno” como um padrão normativo que orienta expectativas, regula comportamentos e influencia diretamente no reconhecimento das crianças nas instituições de Educação Infantil. Sendo assim, esse trabalho tem como objetivo analisar o conceito de “bom aluno”, buscando entender como ele é atravessado por marcadores sociais como classe, raça e gênero no contexto das escolas de Educação Infantil. Ademais, investiga-se como esse ideal é mantido e legitimado pela violência simbólica, o que corrobora para a exclusão e silenciamento das infâncias que não se enquadram nesse sistema hegemônico. Para tanto, adota-se um estudo bibliográfico e análise do diário de campo produzido durante o período de estágio. O diálogo com autores como Pierre Bourdieu (1989) e Lima e Machado (2012), possibilita compreender as práticas observadas a partir dos conceitos de violência simbólica e de “bom aluno” que orientam a interpretação da experiência relatada.

Palavras-chave: Violência simbólica; Bom aluno; Educação Infantil; Relato de experiência.

Abstract: This experience report stems from concerns arising from the Supervised Internship in Early Childhood Education, carried out in the Pedagogy program at the Federal University of Goiás (UFG), Goiás Campus, regarding the figure of the “good student” as a normative standard that guides expectations, regulates behaviors, and directly influences the recognition of children in Early Childhood Education institutions. Thus, this study aims to analyze the concept of the “good student,” seeking to understand how it is shaped by social markers such as class, race, and gender within the context of Early Childhood Education schools. Furthermore, it investigates how this ideal is maintained and legitimized through symbolic violence, which contributes to the exclusion and silencing of childhoods that do not conform to this hegemonic system. To this end, the study adopts a bibliographic review and an analysis of the field diary produced during the internship period. The dialogue with authors such as Pierre Bourdieu (1989) and Lima and Machado (2012) enables an understanding of the observed practices through the concepts of symbolic violence and the “good student,” which guide the interpretation of the reported experience.

Keywords: Symbolic violence; Good student; Early childhood education; Experience report.

¹ Graduando do curso de Pedagogia na Perspectiva da Educação Inclusiva, da Universidade Federal de Goiás – Câmpus Goiás. Contato: sergio_vieira@discente.ufg.br

² Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás - UEG. Docente do curso de Pedagogia na Perspectiva da Educação Inclusiva, da Universidade Federal de Goiás – Câmpus Goiás: Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7469-5821>. Contato: cunhaivis@gmail.com

Introdução

A educação brasileira é marcada por uma ampla diversidade de classe, gênero e raça, mas essa pluralidade é percebida e tratada de forma desigual no contexto escolar, refletindo-se nas práticas pedagógicas e nas interações cotidianas. Nesse cenário, consolida-se a figura do “bom aluno” como um padrão normativo que orienta expectativas, regula comportamentos e influencia diretamente os processos de avaliação e reconhecimento das crianças nas instituições educativas.

Para este relato de experiência, adota-se a definição de "bom aluno" proposta por Andreza Maria de Lima e Laêda Bezerra Machado (2012), que, de maneira pontual, descrevem esse conceito como vinculado a uma visão reducionista da aprendizagem, na qual o estudante é percebido como um sujeito passivo diante do conhecimento, responsável apenas por reproduzi-lo. Essa caracterização serve como base inicial para refletir sobre os sentidos e implicações atribuídos ao "bom aluno" no cotidiano escolar.

Este trabalho acadêmico surge a partir das inquietações advindas do Estágio Supervisionado em Educação Infantil, realizado no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás (UFG), Campus Goiás, em um Centro Municipal de Educação Infantil³ da Cidade de Goiás. Durante o estágio, foi possível perceber como o tratamento dado às crianças variava de acordo com determinados critérios subjetivos. Enquanto algumas eram constantemente elogiadas e destacadas como exemplos de bom desempenho, outras acabam sendo classificadas como problemáticas ou em um ritmo diferente das demais.

No entanto, essa estigmatização se apoia em valores socialmente construídos sobre o que se espera de uma criança que se enquadre às normas de comportamento e/ou produtividade, valores atravessados por lógicas meritocracias que desconsideram as diversas realidades sociais, culturais e econômicas das crianças. Assim, tais distinções, evidenciadas nas interações cotidianas e nos discursos pedagógicos, não apenas reforçam desigualdades, como também extrapolam os limites da escola, podendo ser compreendidas como formas de violência simbólica.

³ Por questões éticas e com o objetivo de preservar a identidade da instituição, o nome da escola não será revelado, de modo a evitar possíveis constrangimentos ou implicações futuras.

Diante desse ideal historicamente construído de estudante, o relato de experiência tem como objetivo analisar o conceito de "bom aluno", compreendendo como ele é atravessado por marcadores sociais como classe, raça e gênero, presentes nas instituições escolares da Educação Infantil. Além disso, pretende-se investigar como esse ideal é sustentado e naturalizado por meio da violência simbólica, entendida aqui em uma perspectiva bourdieusiana contribuindo para a exclusão e o silenciamento de subjetividades infantis que não se encaixam nesse sistema hegemônico.

O trabalho foi conduzido a partir de um estudo bibliográfico e análise do diário de campo produzido durante o período de estágio. A revisão bibliográfica ampliou a compreensão teórica sobre o ideal de "bom aluno" e as desigualdades que atravessam o contexto educacional, mobilizando autores como Pierre Bourdieu (1989), cujas reflexões sobre violência simbólica e reprodução social oferecem subsídios centrais, e Lima e Machado (2012), que discutem a construção social do conceito de "bom aluno", possibilitando compreender os fenômenos sociais, culturais e educacionais a partir do espaço escolar e das experiências vividas durante o Estágio Supervisionado em Educação Infantil.

A fase de observação desenvolvida ao longo do Estágio possibilitou acompanhar a rotina da instituição, as práticas pedagógicas e as interações entre o corpo docente e as crianças, permitindo uma leitura crítica das dinâmicas escolares. As informações coletadas foram registradas em um diário de campo, com descrições de situações, diálogos e comportamentos que evidenciam como se produz e se naturaliza o ideal de "bom aluno". A análise desse material foi realizada de forma interpretativa e crítica, à luz das categorias de violência simbólica, articulando teoria e prática na busca por compreender de que modo práticas e discursos cotidianos reforçam desigualdades e tensionam a construção de práticas pedagógicas mais democráticas e sensíveis à diversidade infantil.

A concepção de “bom aluno” como manutenção da ordem dominante: o uso da violência simbólica como ferramenta

Para compreender o que se trata por "bom aluno" e de que forma a violência simbólica se entrelaça a essa concepção, é necessário analisar o meio social em que estamos inseridos, ou seja, a estrutura que nos envolve. A partir de Bourdieu (1989), infere-se estrutura como um conjunto de interações sociais construídas, padronizadas e transmitidas entre as gerações. Essas estruturas são permeadas de tradições e ideologias ligadas ao poder dominante, e historicamente, tornam-se naturalizadas, assumindo o *status* de padrões sociais. Essa naturalização é o que o autor denomina “estrutura estruturada”, isto é, práticas sociais historicamente legitimadas que passam a ser vistas como naturais e, por isso, reforçam a permanência das relações de dominação (Bourdieu, 1989, p. 12).

Quando essas estruturas se tornam matrizes de novas práticas sociais, configuram o que o autor chama de estruturas estruturantes, responsáveis por definir a organização da sociedade, suas práticas sociais e como a vida social pode ser viabilizada. Nas palavras de Pierre Bourdieu,

é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (Bourdieu, 1989, p. 11).

Nesse sentido, é possível afirmar que a violência simbólica consiste em uma dominação que ocorre por meios dos símbolos, valores, significados e comportamentos que, por parecerem naturais, asseguram a reprodução das relações de poder. Portanto, os sistemas simbólicos possuem uma função política nítida, a de viabilizar e legitimar a dominação de uma classe sobre a outra que se sustentam e perpetuam.

Desse modo, o sistema simbólico opera em favor daquilo que, na perspectiva marxista, constitui a classe dominante, grupos que controlam os meios de produção e das instituições sociais. Em contrapartida, as classes dominadas, que vivenciam condições materiais e simbólicas de subordinação, acabam sendo mais diretamente

afetadas por essas formas de imposição cultural. A violência simbólica, entendida como um dos principais mecanismos do poder simbólico, atua de forma sutil na manutenção dessas hierarquias, naturalizando classificações e expectativas sociais. A escola se torna um espaço privilegiado para a reprodução dessa lógica.

A partir da compreensão, torna-se necessário refletir sobre o compromisso da escola como estrutura social que colabora para a reprodução dessas desigualdades. De acordo com Saviani (2008, p. 9), as instituições escolares “funcionam como aparelho ideológico do Estado, uma vez que constituem um mecanismo construído pela burguesia para garantir e perpetuar seus interesses”. Assim, o sistema educacional tende a reproduzir a lógica dominante por meio de práticas pedagógicas que sustentam os valores do capitalismo.

Um dos reflexos mais evidentes dessa dinâmica manifesta-se na relação entre educador e educando, na qual a violência simbólica se expressa em comparações entre alunos, em expectativas desiguais quanto a comportamentos e capacidades, no uso de linguagens distantes das experiências das crianças e na valorização de determinados saberes em detrimento de outros. A partir desse ponto, as observações registradas no diário de campo do Estágio Supervisionado de Educação Infantil passam a compor o texto, permitindo a análise de situações concretas em que essas formas de dominação simbólica se materializam nas práticas e interações cotidianas do contexto escolar.

A primeira situação analisada refere-se a um momento de atividade em sala de aula, no qual a professora fez comentários comparativos entre duas alunas quanto ao desenvolvimento de cada uma. As falas proferidas pela docente estavam carregadas de discursos meritocráticos, ao sugerir às crianças que apenas o esforço individual garantiria conquistas, neste caso, a aprovação escolar ou o reconhecimento da própria professora.

Tais comentários surgiram porque algumas crianças não conseguiram responder à atividade proposta. Quanto mais crianças erravam as questões da atividade, mais frequente se tornavam as falas meritocráticas e as comparações, entre as duas alunas. A atitude da professora evidencia o que Zaluar e Leal (2001, p. 148) denominam violência que “se exerce também pelo poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro”. Ao comparar as alunas com base em critérios supostamente neutros, a educadora reproduz hierarquias raciais e

culturais travestidas de meritocracia, desconsiderando as condições sociais que fazem o aprendizado acontecer.

Ao que tange aos discursos proferidos pela educadora, é notório o seu teor mercantilista, que parte de uma visão que “consiste em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade” (Gentili, 1996, n.p). Deste modo, encadeia-se o entendimento que a “educação torna-se produto, passivo de aquisição numa luta constante pela possibilidade de conquistar (comprando) propriedades mercadorias e a educação faz parte desse universo” (Oliveira, 2022, p. 57).

Assim, é possível perceber que o sistema educacional, impregnado pela hegemonia, adota uma visão mercadológica que transforma a escola em produto e cria um ambiente em que a competitividade e as ações individuais são naturalizadas, estabelecendo metas a serem alcançadas. Essa lógica alimenta uma crença utópica, reproduzida pelas instituições escolares, de que todos possuem as mesmas oportunidades e condições, bastando o esforço pessoal para alcançar o sucesso. Consequentemente, isso proporciona nas salas de aula uma

lógica competitiva promovida por um sistema de prêmios e castigos com base em tais critérios meritocráticos cria as condições culturais que facilitam uma profunda mudança institucional voltada para a Configuração de um verdadeiro mercado educacional (Gentili, 1996, n.p).

A escola, enquanto instituição, reproduz um discurso hegemônico baseado na competitividade e para promovê-lo utiliza-se de prêmios e castigos, desse modo, mantém as desigualdades sociais. E ao retornar à situação aqui destacada anteriormente é visível que a professora atribui as crianças como “má aluna” seguindo a lógica mercantil e meritocrática.

Ao que se refere ao caso relatado anteriormente cabe destacar que a professora, ao proferir aquelas falas, pode não ter tido a intenção explícita de reproduzir essa ideologia hegemônica, mas suas ações são atravessadas pelo sistema simbólico, que opera de forma naturalizada e faz com que práticas relacionadas à lógica mercantil sejam repetidas de maneira inconsciente. Desse modo, o ato de comparar e valorizar o desempenho de uma determinada aluna funciona como um mecanismo de legitimação simbólica da desigualdade, ao naturalizar a ideia de que o sucesso escolar decorre exclusivamente do esforço

individual, apagando as condições sociais e históricas que estruturam tanto o êxito quanto o fracasso dentro da escola.

Nessa mesma perspectiva, a segunda situação observada e registrada no diário de campo, também evidencia como práticas docentes podem reproduzir formas sutis de violência simbólicas, ao revelar a exigência para que as crianças aprendessem a ler e escrever, sem, contudo, oferecer uma contextualização que tornasse o processo significativo. Diante da dificuldade das crianças em realizar a escrita, a educadora insistiu repetidamente que elas concluíssem a tarefa, chegando a segurar suas mãos para traçar as letras de seus nomes. Tal prática reflete a permanência de um ideal escolar que atribui à Educação Infantil a responsabilidade de garantir que as crianças saiam sabendo ler e escrever, desconsiderando os tempos, ritmos e modos próprios das infâncias.

Outrossim, diz respeito a um ato de imposição, que se configura violência simbólica. Souza (2012) demonstra como o poder arbitrário se faz presente na escola e como ele fundamenta as escolhas pedagógicas em um processo de imposição e inculcação das relações de força para manutenção do arbitrário cultural dominante. Por esse meio, a ação pedagógica legitima e naturaliza a hierarquia e as desigualdades, elegendo, portanto, métodos e critérios, como o de “bons alunos”.

Deste modo, a instituição escolar atuou como um mecanismo de manutenção de uma lógica replicante de imposição por meio da ação pedagógica. A partir do momento em que a professora proporciona um ambiente descontextualizado da vida da criança para poder fazê-la a atingir um produto e uma meta incabível, ilógica e irracional, seu fazer pedagógico se torna dotado de violência simbólica, que por conseqüente, classifica a criança como uma má aluna ao não atingir a intenção esperada pela lógica mercantil.

Do ponto de vista dos documentos oficiais que regem a Educação Infantil, eles não asseguram a obrigatoriedade de se alfabetizar nessa etapa da educação básica. A Base Nacional Comum Curricular, BNCC, (Brasil, 2017) explicita que as crianças, na Educação Infantil, devem estar imersas na cultura escrita, reconhecendo seus usos sociais e tal imersão deve partir das curiosidades das próprias crianças. Ademais, o próprio documento explicita o convívio da criança com textos escritos, criando hipóteses sobre a escrita e medida que vão conhecendo e reconhecendo as letras, iniciando seus rabiscos e garatujas.

De forma articulada, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, DCNEI, (Brasil, 2010) asseguram que as crianças tenham experiências de interação com a linguagem oral e escrita, entretanto “respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental” (Brasil, 2010, p. 30). Diante disso, entende-se que os documentos oficiais que regem a Educação Infantil asseguram que as crianças tenham o contato e conheçam a cultura escrita, sem, contudo, a antecipação do processo de alfabetização realizado nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Esse processo de antecipação os professores submetem as crianças trata-se de treinamento e memorização, com objetivo único de atender as expectativas mercantis. Desse modo, Miller e Mello (2008) destacam que esse processo de treino dessa escrita, que se torna lento e demorado, exige da criança um grande esforço, ademais, se soma com o sentimento e experiência de fracasso para a criança ao não cumprir com as expectativas da professora. Voltando para a análise desse agrupamento de acontecimentos que ocorreram, a insistência ilógica e repetitiva da professora para que as crianças escrevessem, a descontextualização do mundo da escrita e da leitura e a tentativa de uma conquista por um produto, forma-se um mecanismo simbólico de manutenção do sistema de dominação.

À vista disso, o ideal de “bom aluno” na situação apresentada está associado ao que Lima e Machado (2012) argumentam, mesmo diante das desigualdades o que ocupa o lugar central é a capacidade e os méritos das crianças. Isto significa que para o aluno ter a chance de atingir esse *status* de bom dependeria unicamente de uma lógica que seu corpo não fosse atravessado pelos marcadores sociais de raça, gênero e classe, assim conseqüentemente, suas capacidades seriam vistas e legitimadas.

Dessa forma, é possível afirmar que há, no caso apresentado, duas concepções de criança entrelaçadas. Uma das concepções está associada a ideia de *vir a ser*, na qual a criança é vista como um ser incompleto, para o qual o conhecimento é depositado com o objetivo de prepará-la para o adulto que irá se tornar. Desse modo, a antecipação da alfabetização assume tal concepção de criança.

A outra concepção de criança evidencia que as desigualdades sociais que atravessam as infâncias são negligenciadas, uma vez que “as desigualdades sociais reais existentes entre as crianças são deixadas à margem pelo pensamento pedagógico” (Krame, 2001, p. 23). Assim, o processo de antecipação da alfabetização,

ao desconsiderar a realidade e a vida das crianças, revela a forma que elas são vistas na própria instituição escolar.

Na última situação observada durante o estágio, destacou-se a forma punitiva da instituição escolar. É importante ressaltar que a reflexão aqui proposta também se aplica às duas situações anteriores, pois todas revelam dimensões distintas de uma mesma lógica de violência simbólica. Durante o processo de estágio foi notório perceber que tanto as professoras quanto a comunidade escolar, coordenadora e diretora, possuíam ímpeto de estabelecer punições às crianças quando não correspondiam as condições, expectativas e ordens que eram impostas a elas. Esses castigos estavam diretamente relacionados ao comportamento e maneira de ser das crianças, a partir do momento que esses pontos fugiam do padrão de aceitação definido pela instituição as punições eram colocadas.

Essa prática de estabelecer sanções aos alunos fazia parte da rotina da escola. Assim, aquelas que não se enquadraram no padrão de comportamento esperado, tais como: quietos, silenciosos, obedientes e disciplinados, eram rotuladas como “más alunas”. Essa prática punitiva está associada a uma ação pedagógica pautada na violência simbólica, voltada à reprodução do ideal de “bom aluno”.

Tal afirmação se encontra respaldo em Bourdieu e Passeron (1992, p.21), ao apontarem que a ação pedagógica “reproduz a cultura dominante, contribuindo desse modo para reproduzir a estrutura das relações de força, numa formação social onde o sistema de ensino dominante tende a assegurar-se do monopólio da violência simbólica legítima”. Isso significa que, ao estabelecer punições, comparações ou exigências desproporcionais, a escola reproduz uma cultura dominante e suas formas de dominação. A ação pedagógica, nesse contexto, opera como mecanismo de imposição e inculcação arbitrária da cultura hegemônica, perpetuando relações de força e hierarquia.

Outrossim, a ação pedagógica se torna objetivamente uma forma de violência simbólica ao impor e reafirmar significações socialmente convencionadas para (re)produzir o arbitrário cultural dominante. Pode-se afirmar que a ação pedagógica atua como violência simbólica ao criar e reiterar significados que coloquem a cultura da classe dominante como universal (Bourdieu; Passeron, 1992).

Partindo desse ponto de vista, é possível estabelecer que a criação da convenção de um “bom aluno” pertence a esse processo de universalização da cultura

dominante, já que esse ideal tem que seguir o que por ela foi imposto como correto. Quando se é criadas e aplicadas punições às crianças no momento que elas não seguem esse molde é notório um mecanismo simbólico de manutenção dos padrões tidos como corretos.

Essa prática punitiva está associada à ideia de disciplina, que pode ser compreendida como meios e “técnicas para adestrar, formar e corrigir corpos” (Batista; Baccon; Gabriel, 2015, p.5). Portanto as regras estabelecidas por conduzir o comportamento das crianças, conforme analisado, pode-se referir a tentativa de controlar suas ações e singularidades, numa tentativa de padronização e submissão. Desse modo, a escola se torna uma instituição disciplinar, pautada na obediência de regras comportamentais e ideológicas.

No Brasil, o sistema disciplinar nas instituições historicamente tem sido marcado pela repreensão por meio de punições, maneira que é possível notar que “o castigo físico continuou a existir nas escolas brasileiras dos séculos XIX e XX, mas que coexistiu e foi muitas vezes substituído pela punição moral, que também tinha um caráter violento e desrespeitoso” (Oliveira, 2021, p.23). Na história da educação brasileira o castigo físico era sinônimo da construção de um ambiente que fosse pautado na obediência e disciplina. Entretanto, com o decorrer do tempo tal forma de criar essa atmosfera se modificou para os castigos morais, que ainda possuíam sua violência estruturada na fala, nos gestos e nos símbolos.

O contexto educacional brasileiro se modificou com as contribuições do escolanovismo pelo Manifesto dos Pioneiros, em 1932, porém a visão educacional proposta ainda estava sistematizada na dominação por meio da disciplina (Oliveira, 2021). A conjuntura atual ainda permanece associada a esses ideais, na qual repreensão é marcada pelos castigos, contudo, sendo eles atrelados para o lado moral, psicológico e simbólico do ato.

Como mencionado anteriormente, a implementação de punições para se manter a disciplina nas escolas possui o objetivo de controlar os sujeitos e, desse modo, atender a lógica mercantil. A escola se torna um meio de formação e construção de sujeitos para o mercado de trabalho e seguindo a essa lógica, a disciplina ensinada nas instituições escolares são para atender as jornadas exaustivas e inflexíveis de trabalho. O que torna nítido a visão de “bom aluno” na qual baseia a criança como sujeito a ser moldado pela instituição escolar. E dessa forma, segundo Lima e

Machado (2012), esse ideal de aluno o reduz a um indivíduo passivo no processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, diante das situações observadas e das reflexões teóricas apresentadas, torna-se evidente que a escola, enquanto instituição social, atua como um espaço de reprodução simbólica das desigualdades, legitimando padrões de comportamento e desempenho que favorecem determinados grupos sociais. O ideal de “bom aluno” emerge, assim, como uma construção social e sendo usado como ferramenta de afirmação de uma hegemonia.

Considerando isso, o ideal de “bom aluno” não é nada mais uma ferramenta simbólica para a manutenção de uma hegemonia que visa unicamente seus interesses e se manter no topo do sistema de poder. Sendo assim, as crianças, deste a Educação Infantil, é inserida num ambiente meritocrático, desigual, injusto e que recria as disparidades sociais. Por meio disso, elas não são vistas com humanidade nesse processo educacional e o olhar do fazer pedagógico passa a ser focado na reprodução de um sistema de poder e não nas crianças. O que acarreta que a pluralidade das infâncias é desvalorizada e excluída no próprio ambiente escolar.

Por último, vale destacar que embora a escola, enquanto aparelho ideológico do Estado, funcione historicamente como instrumento de reprodução da ideologia dominante, ela não está condenada a permanecer nessa lógica. Enquanto suas práticas e os indivíduos que a constituem permanecerem organizados por esse sistema, o ambiente escolar tende a reforçar desigualdades e a naturalizar hierarquias, como suscitado na produção deste relato. No entanto, quando essas práticas são problematizadas e novas compreensões são construídas, a escola pode se tornar um espaço de tensão e transformação social. Para muitas crianças, ela representa, e às vezes é o único, lugar de acesso a outras leituras de mundo, possibilitando processos críticos de formação, deslocamentos de consciência e experiências de emancipação, autonomia e liberdade.

Considerações finais

Objetivando analisar o conceito de “bom aluno”, compreendendo como ele é atravessado por marcadores sociais como classe, raça e gênero, existentes nas instituições de Educação Infantil, o presente estudo permitiu entender que este ideal é sustentado e naturalizado por meio da violência simbólica. Esse mecanismo, portanto, contribui para a exclusão e silenciamento das subjetividades infantis que não se encaixam no sistema hegemônico.

Ademais, a ideia de “bom aluno” possui a intencionalidade de atender a reprodução do pensamento de uma classe que oprime e se sobressai frente a outra e que precisa legitimar seu poder para continuar no topo de uma pirâmide social. Para mais, essa violência simbólica, que se encontra nas escolas de Educação Infantil no formato do padrão de “bom aluno”, compactua com a propagação da desigualdade social, fortificando os crivos de classe, raça e gênero. Com isso as instituições educacionais centralizam seu foco nos méritos e na quantificação das capacidades das crianças para atender as condições mercadológicas do sistema.

Diante das análises desenvolvidas no decorrer deste trabalho, reconhece-se que o estudo aqui apresentado constitui como ponto de partida, abrindo caminhos para investigações mais amplas. Assim, pretende-se aprofundar outros referenciais e concepções pedagógicas que contribuam para uma perspectiva de educação que coloque a criança no centro do processo educativo, reconhecendo sua potência, suas experiências e suas múltiplas formas de produzir sentido sobre o mundo.

Considerando o conjunto de análises realizadas, este relato de experiência propõe-se a fomentar reflexões críticas acerca das motivações que justificam a necessidade da ruptura de um modelo educacional pautado em punições e reprodutora de violência simbólica. Tal realidade evidencia a necessidade de se criar um ideal de escola que seja voltada e centralizada na criança, na qual leve a vida para a instituição. Assim, por meio desse ideal, a escola poderá se tornar um meio que proporcionará transformação social.

Referências

- BATISTA, Fabio; BACCON, Ana Lúcia Pereira; GABRIEL, Fábio Antonio. **Pensar a escola a partir de Foucault: uma instituição disciplinar em crise?** Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 40, n. 1, p. 1–16, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/30659>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.
- GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (org.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, DF: CNTE, 1996.
- KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LIMA, Andreza Maria de; MACHADO, Laêda Bezerra. **O “bom aluno” nas representações sociais de professoras: o impacto da dimensão familiar**. Revista Psicologia & Sociedade, v. 24, n. 1, p. 150–159, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000100017>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- MILLER, Stela; MELLO, Suely Amaral. **O desenvolvimento da linguagem oral e escrita em crianças de 0 a 5 anos**. Curitiba: Pro-Infantil Editora, 2008.
- OLIVEIRA, Beatriz Rodrigues Caçula de. **Castigo escolar: políticas educacionais e concepções historicamente produzidas**. 2021. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.
- OLIVEIRA, Francisco Mauro da Justa. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: FERREIRA, Ezequiel Martins (org.). **As ciências humanas e as análises sobre fenômenos sociais e culturais 2**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2022. p. 51–63.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SOUZA, Liliane Pereira de. **A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira**. Revista Labor, [S. l.], v. 1, n. 7, p. 20–34, 2012.
- ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. **Violência extra e intramuros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n. 45, p. 145–164, fev. 2001.